

Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2018 do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jamanxim

1 Aos três dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas, iniciou-se, no auditório da
2 FECOGAT (Federação das Cooperativas dos Garimpeiros do Tapajós), localizada no distrito de
3 Moraes Almeida, município de Itaituba/PA, a primeira reunião ordinária de 2018 do Conselho
4 Consultivo do Parque Nacional do Jamanxim. Às nove horas e vinte e seis minutos, Lívia deu
5 início à reunião, apresentando seu objetivo, que seria: desenvolver competências do conselho
6 para atuar de forma participativa na construção do plano de manejo e na gestão do território. Em
7 seguida, realizou-se uma breve apresentação dos participantes. Lívia, então, apresentou a
8 programação da reunião, que prevê: uma breve capacitação dos participantes, construção de
9 proposta de capacitação do conselho, resgate da construção do conselho, homologação das
10 entidades do conselho, apresentação da construção do plano de manejo do PARNA, construção
11 do plano de ação do conselho, informes gerais, encaminhamentos e leitura e assinatura da
12 ata. Em seguida, iniciou-se a capacitação do conselho, apresentando um curto vídeo. A ideia da
13 atividade seria cada participante dizer a impressão que teve ao assistir ao vídeo, qual a
14 mensagem trazida por ele. Entre as mensagens dos participantes, destacam-se: iniciativa; união
15 para ultrapassar um obstáculo e solucionar um problema; falta de apoio do poder público; nem
16 sempre a união faz a força, relacionado mais especificamente ao PARNA e à emancipação do
17 distrito Moraes Almeida; as decisões de Brasília são impostas à região, dificultando a vida das
18 comunidades; o obstáculo, representado pela árvore, não deveria ser apenas jogado para o lado,
19 mas sim adequadamente utilizado. Lívia iniciou a próxima atividade, distribuindo distintas
20 figuras para os participantes, que, em duplas, indicariam impressões que teriam das
21 figuras. Algumas das mensagens observadas nas figuras foram: equilíbrio entre razão e emoção
22 nas decisões; voz forte de um povo unido; o povo como um todo teria a força e não apenas o
23 representante desse povo; a figura representaria um reflexo do sistema: órgãos públicos, ações
24 sem soluções, emaranhado de conflitos criados pelo sistema; construção de uma ponte entre
25 poder público e comunidade, onde sempre existirão desafios mesmo após a construção da ponte;
26 os dois lados devem se comunicar, se entender, para isso é necessária uma ponte na solução de
27 problemas. Lívia observou que a ideia da atividade seria relacionar o conselho com o que se
28 pode ver nas figuras, como iremos trabalhar com os aspectos levantados pelos participantes para
29 a solução dos conflitos. Aidil perguntou se houve algum plano para buscar a melhoria da
30 qualidade de vida das comunidades que sofreram impacto com a criação das UCs da região.
31 Lívia afirmou que, naquela época, foi criado o Distrito Florestal Sustentável da BR-163, mas
32 não houve participação do poder público. Aidil observou que o poder público ainda não
33 encontrou a solução para os conflitos criados, para a ilegalidade que ocorre na área; assim, o
34 ICMBio, ao criar o conselho, poderia dar um encaminhamento aos anseios da população da
35 região. Ubiratan observou que os problemas hoje na região são os mesmos de trinta anos atrás,
36 nos quais o poder público não atua e não cumpre o que foi prometido. Gelson afirmou que a
37 criação do DFS da BR-163 não foi uma ação de governo, mas sim a atuação de um
38 ministério. Às dez horas e vinte minutos foi feito um intervalo. Em seguida, Lívia iniciou a
39 construção da proposta de capacitação dos conselheiros. Em quais temas os participantes
40 gostariam de ser capacitados e como o conselho gostaria de ser capacitado. Gelson afirmou que
41 gostaria que houvesse uma capacitação no sentido de efetivamente gerir os problemas. Ubiratan
42 questiona até onde o conselho pode atuar na solução de um conflito. Lívia respondeu que o
43 conselho é o espaço que vai ajudar os conselheiros a encontrarem soluções, sempre dentro da
44 lei. Elmara sugeriu como tema legislação ambiental. Aidil observou que a população tem falta
45 de informação sobre as unidades de conservação da região, assim, seria importante levar a
46 informação para a sociedade. Gelson propôs uma capacitação das comunidades de como
47 legalizar as atividades que se sobrepõem ao PARQUE, como, por exemplo, manutenção de
48 pasto e de ramal, mais especificamente para as localidades de São Francisco, Moraes Almeida e

Lívia 1/4

49 Aruri. Fabrício observou que os bancos estão exigindo, dos comunitários que são financiados,
50 uma autorização do ICMBio para que possam buscar o refinanciamento das atividades, então,
51 gostaria que houvesse uma capacitação nesse sentido. Solicitou que o ICMBio informe às
52 comunidades como buscar essa autorização. Gelson afirmou que o Ministério Público Federal
53 recomendou que os frigoríficos não comprem gado de unidades de conservação, o que afeta
54 diretamente as populações. Solicitou, então, que o ICMBio contate o MPF no sentido de que a
55 população possa comercializar o gado até que seja finalizada a regularização fundiária. Lívia
56 argumentou que o MPF pode estabelecer um Termo de Ajustamento de Conduta com as
57 comunidades, no sentido de permitir algumas atividades. Gelson afirmou que trouxe esse tema
58 para o ICMBio, mas percebeu que este não dialoga com o MPF sobre o assunto. Lívia sugeriu,
59 também, como capacitação o tema plano de manejo. Ubiratan solicitou que conste em ata que o
60 conselho consultivo do PARNA existe há muito tempo, e que foi a quinta ou sexta reunião em
61 que se discute a mesma coisa. Afirmou que, a partir de agora, o conselho deva realmente
62 funcionar, que haja um avanço. Solicitou que sejam feitas mais reuniões especificamente para o
63 PARNA. Lívia argumentou que iremos organizar a agenda do ICMBio com relação às datas.
64 Caroline sugeriu que a posse poderia ser feita em agosto e, em novembro, a continuidade dos
65 trabalhos. Lívia afirmou que as datas poderão ser discutidas ao final da reunião, nos
66 encaminhamentos. Retornando à capacitação, a gestão de conflitos poderia ser feita em uma
67 oficina. Gelson afirmou que protocolou um pedido de manutenção de ramal junto ao ICMBio
68 em Novo Progresso, mas que não houve resposta. Ubiratan sugeriu que se crie um email do
69 conselho, para facilitar a comunicação e permitir que as atividades prossigam. Lívia concordou
70 e sugeriu que se poderia pensar, também, em se criar uma lista de e-mails; irá solicitar para a
71 COTEC do ICMBio. Em seguida, Lívia apresentou processo de formação do conselho gestor
72 do PARQUE. Após, apresentou as instituições que não responderam ao ICMBio o ofício de
73 convite para participarem do conselho até a presente data: ADEPARÁ, SEMAGRA de Itaituba
74 e do Trairão, COOPAMCOL, SEMMA de Itaituba, Terralegal, DNIT, FAI, INEA e IPAM.
75 Gelson solicitou que seja feito um convite ao INCRA para fazer uma apresentação da ocupação
76 da região. Ubiratan solicitou que se convide o DNPM para fazer uma apresentação sobre a
77 região, consultando o geólogo Aprígio Pina Neves que foi o responsável pelo projeto “Ouro
78 Tapajós” na década de 1980, para organização da atividade garimpeira na região. Aidildo
79 DNPM irá buscar estas informações. Lívia informou que para as instituições convidadas para
80 participarem do conselho, mas que não responderam ao ofício enviado para o ICMBio, a cadeira
81 ficará vaga. Às doze horas, foi feita pausa para o almoço. Às treze horas e doze minutos os
82 participantes voltaram para dar continuidade à reunião. Leandro iniciou a pauta sobre plano de
83 manejo explicando a sua definição e a sua estrutura. Informou que esse documento normalmente
84 está dividido em diagnóstico e planejamento, explicou a diferença entre essa divisão. Explicou
85 que na parte do planejamento fica o zoneamento da unidade de conservação que responde duas
86 questões: onde podemos fazer e o que podemos fazer. Apresentou alguns exemplos de
87 zoneamento, que foram: Parque Nacional da Amazônia e o Parque Nacional do Campos
88 Amazônicos. Leandro ainda mostrou as etapas da construção do plano de manejo do PARNA do
89 Jamanxim. As principais etapas são elaboração da caracterização da unidade de conservação,
90 oficina, como se dá a participação das comunidades na elaboração do plano de manejo em um
91 primeiro momento através das entrevistas e, depois, na oficina do plano de manejo, construindo
92 o planejamento da UC e o seu zoneamento. Leandro questiona como o conselho gostaria que
93 ocorresse a sua participação na construção do plano de manejo. Aidil pergunta quem é a equipe
94 técnica que conduz o processo. Leandro responde que ela é composta por servidores do ICMBio
95 local e da sede em Brasília, e na oficina também participam, além dos conselheiros, outras
96 instituições públicas para que também deem subsídio técnico para a tomada de decisão.
97 Leandro informa que esta metodologia nova é para ser mais rápida e menos custosa. Elmara
98 questionou sobre como as comunidades são consultadas nesta metodologia. Aidil perguntou se a
99 APA do Tapajós já possui plano de manejo e quantas unidades não possuem plano de manejo.

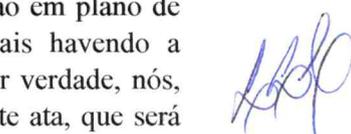
Livia 2/4

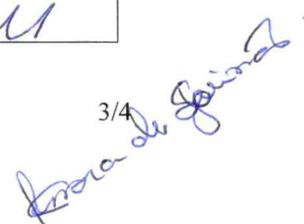
Diário de Atividade

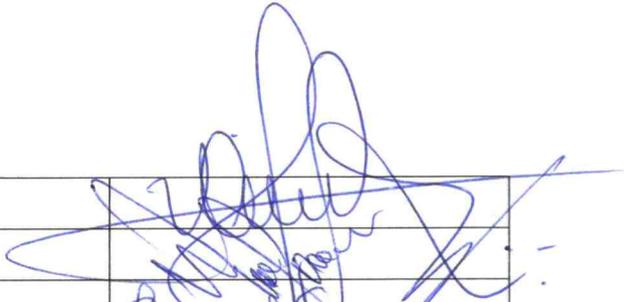
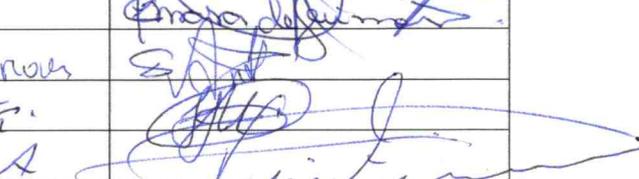
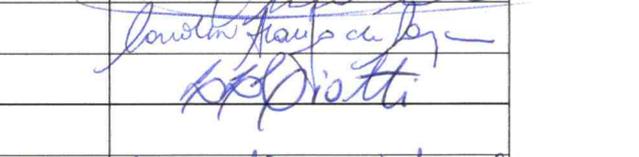
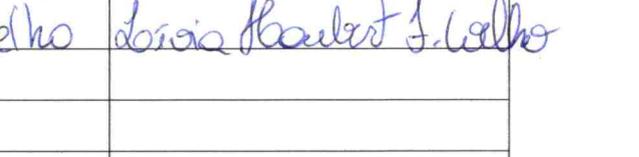
100 Leandro informa que ainda não possuem plano de manejo osPNs do Rio Novo e do Jamanxim,
101 que se encontram em construção, além da APA do Tapajós. Leandro ficou de disponibilizar os
102 arquivos dos diagnósticos para os conselheiros por email. Gelson sugeriu que devem ter
103 representantes de outras regiões, como por exemplo representantes da Resex Riozinho do
104 Anfrízio e da região do Tocantinzinho. Gelson afirma que possui diversos conflitos e Fabricio
105 complementa que existem atividades de pesca tradicional no rio Aruri. Foi sugerido mostrar o
106 mapa feito na primeira reunião do grupo de trabalho de formação do conselho para poder
107 indicar quais atores seriam importantes participarem da oficina. Dentre os citados foram
108 representantes da Resex Riozinho do Anfrísio, Tocantinzinho, ANTT (relacionada à Ferrogrão),
109 Brazauro, Pataúá Florestal, RRX Florestal e SEMMA de Itaituba. Em seguida, Livia leu as
110 instituições que participam do conselho do PARNA. Perguntou em qual data poderia ser feita a
111 capacitação. Os participantes decidiram fazer a reunião do conselho, cuja pauta seria posse e
112 regimento interno, no dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezoito, e as capacitações em
113 plano de manejo entre os dias vinte e sete e trinta e um de agosto de dois mil e dezoito. As
114 localidades sugeridas para as capacitações foram: Moraes Almeida, São Francisco, Aruri, Três
115 Bueiras e Tocantinzinho. Os participantes decidiram aguardar, para agosto, a definição da data
116 da oficina de plano de manejo. Em seguida, Livia iniciou a próxima pauta, que seria a
117 construção do plano de ação do conselho. Os participantes decidiram deixar a construção do
118 plano de ação do conselho para a próxima reunião, pois, hoje, são poucos os representantes das
119 instituições que compõem o conselho. Livia, então, partiu para a próxima pauta, que seriam os
120 informes. Gelson iniciou o informe com relação à recategorização das unidades de conservação
121 da região. A medida provisória inicial previa a recategorização da FLONA do Jamanxim, as
122 recategorizações das outras unidades de conservação foram inseridas nessa MP inicial. O
123 projeto de lei visa à recategorização de algumas UCs para a categoria APA, não visa à redução
124 das UCs. As recategorizações englobariam, com as emendas, a REBIO Cachimbo, a FLONA
125 Jamanxim, o PARNA do Jamanxim e a FLONA de Itaituba II. No momento, aguarda-se o
126 Projeto de Lei nº 8.107/2017 entrar na pauta da Câmara dos Deputados. Com isso, resolveria-se
127 cerca de noventa por cento dos conflitos fundiários da região. Em seguida, Livia inicia os
128 encaminhamentos da reunião. Decidiu-se criar um email ou lista de e-mails dos participantes do
129 conselho para comunicação entre eles. Sugeriu-se convidar o INCRA para, futuramente,
130 apresentar um histórico de ocupação e colonização da região, bem como convidar o DNPM para
131 também apresentar um histórico da região. Com relação ao plano de manejo, sugeriu-se fazer o
132 convite a alguns participantes que não fazem parte do conselho – Resex Riozinho do Anfrísio,
133 Tocantinzinho, ANTT, Brazauro, Pataúá Florestal, RRX Florestal e SEMMA de Itaituba –.
134 Ficou decidido convidar estes representantes para participarem da reunião do conselho em
135 agosto. Decidiu-se que as oficinas de capacitação ocorram entre vinte e sete e trinta e um de
136 agosto de dois mil e dezoito, sendo que a reunião do conselho ficou agendada para o dia vinte e
137 sete de agosto, cuja pauta seria: posse, aprovação do regimento interno e início da construção do
138 plano de ação do conselho. Pela tarde, nesse mesmo dia, ocorreria a capacitação em plano de
139 manejo em Moraes Almeida. Às dezesseis horas, foi lida a ata. Nada mais havendo a
140 acrescentar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta minutos. Por ser verdade, nós,
141 Leandro Lazzari Ciotti e Livia Haubert, secretários “ad hoc”, lavramos a presente ata, que será
142 assinada por nós e pelos presentes. Distrito de Moraes Almeida, Itaituba/PA, três de maio de
143 dois mil e dezoito.

Lista de Presentes

Nome	Assinatura
Gelson Luiz Delli	





Ubaitom Edalberto	
17/07/2005 S. de ROSA	
Praca de S. Guimaraes	Praca de S. Guimaraes
Anilson Luro de V. Guimaraes	
Felício José Malcheira	
ALCINDO AÍMMA	
Caroline Araújo de Souza	José Carlos de Souza
Leonardo Pazzani Ciotti	Roberto
Darlene Oliveira Araújo	
Livia Haubert Ferreira Coelho	Luciano Roberto J. Coelho